**26. REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO**

Ilustríssimo Senhor Oficial do Registro de Imóveis

**REQUERENTE(S):**

Nome (sem abreviatura):

CPF:

RG:

Órgão Exp.:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Profissão:

Filiação(pais):

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

União estável? ( ) sim ( ) não ( ) com contrato/Escritura Pública ( ) sem contrato formal

Regime bens: ( ) Comunhão parcial ( ) Comunhão universal ( ) Separação total ( ) outro

Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, UF, CEP):

E-mail:

Telefone:

**(NOME E QUALIFICAÇÃO COMPLETA DE TODOS OS PROPRIETÁRIOS ATUAIS DAS UNIDADES AUTÔNOMAS – INCLUIR CREDORes(as) FIDUCIÁRIOs/As, SE HOUVER)**

proprietários das unidades autônomas do condomínio.... (nome do condomínio), de acordo com a legislação em vigor e considerando que o empreendimento foi edificado sob a forma de condomínio edilício e que – explicar o motivo da retificação, por exemplo “foram edificadas novas unidades ou “foram alteradas as unidades autônomas existentes” ou “foram apresentadas informações equivocadas no memorial descritivo e/ou no projeto” -, vem à presença de Vossa Senhoria, requerer o que segue:

**\*(Requerer apenas o que deve ser retificado):**

* A averbação daS SEGUINTES ALTERAÇÕES NAS EDIFICAÇÕES: prédio residencial ou comercial em alvenaria com ..........m²; ............., conforme certidões de habite-se nºs ............, ............, expedidas em ..../..../.........., no valor de R$.........;
* A retificação da instituição de condomínio e individualização das unidades, averbada sob a AV-.....-............. do L° 2-Reg. Geral do Cartório de Registro de Imóveis de ................... e nas matrículas das respectivas unidades;
* A retificação da convenção de condomínio, registrada sob o R-........... do L° 3-Reg. Aux. do Cartório de Registro de Imóveis de .............................

Com as alterações mencionadas, as unidades autônomas passarão a ter as seguintes descrições:

**\*(Descrever apenas as unidades que serão alteradas + incluir os números das matrículas):**

1)

2)

DECLARAM, os requerentes e o responsável técnico, que o **critério de fixação da fração ideal e das coisas de uso comum e fins proveitosos se deu com base.........** (na área construída ou nº de unidades ou valor ou área de uso exclusivo no solo ou outro a critério do RT).

**\*Esta declaração somente precisa ser incluída neste requerimento, caso não tenha sido informado o critério de fixação da fração ideal no momento do registro da instituição de condomínio. Se tiver sido informado, excluir.**

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE: Na qualidade de responsável técnico, declaro sob responsabilidade civil e penal, a expressa conformidade do memorial descritivo com o(s)projeto(s) e planta(s) apresentados(s), referentemente ao imóvel matriculado sob nº ???? Lº 2-RG";

Ficam ratificadas as demais partes não expressamente alteradas pelo presente.

[OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES]

Declaro, para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

( ) SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) NÃO SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) Prefiro não fornecer as informações solicitadas ou omitidas no presente formulário, exigidas pelo Provimento 88/2019-CNJ, ficando ciente das implicações que poderão resultar.

Nestes termos,

pede deferimento.

[CIDADE – UF], [DATA ex: 1 de janeiro de 2010]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura(s) do(s) requerente(s) e Responsável técnico

ATENÇÃO: Reconhecer firma dos subscritores (art. 221, II, Lei 6015/73).

As cópias reprográficas devem ser autenticadas.

Comprovar a legitimidade do(a) representante do(a) requerente.

Se pessoa jurídica a requerente indicar sua denominação completa, o CNPJ e a sede, bem como por quem é representada.

**\* Informações pessoais são exigidas de acordo com o Prov. nº 61 de 17/10/2017, do Conselho Nacional de Justiça, e serão processadas nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018).**